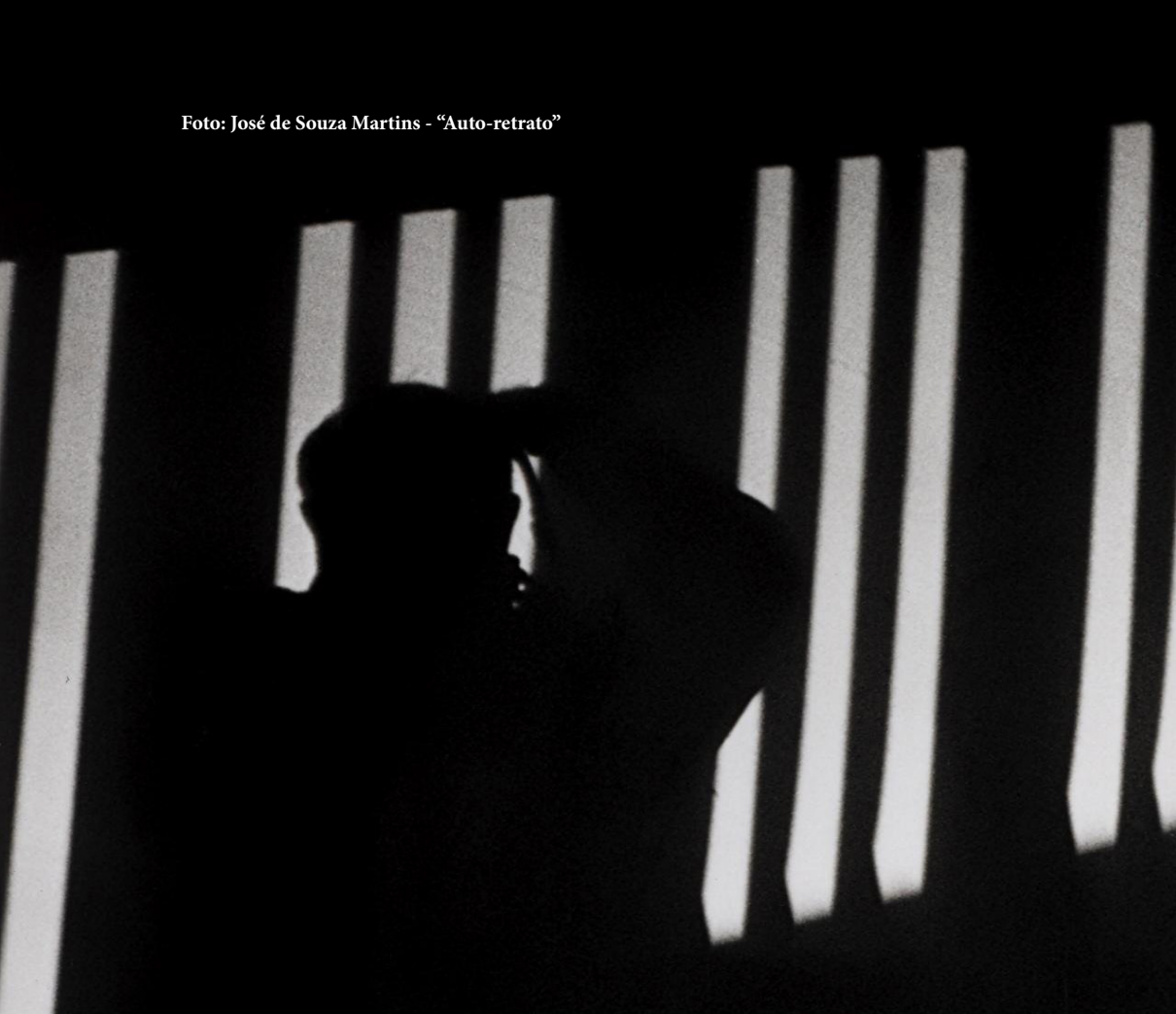


# JOSÉ esboço de figura



[...] Muitas vezes, a metade visível é regulada e dirigida pela metade invisível. Sobretudo porque é na metade invisível que está o tempo, que se poderia chamar de tempo social. Um tempo constituído pela convergência de temporalidades de datas diversas e orientações opostas. O encontro do desencontro. É no invisível que está o passado e é no invisível que está o futuro. O passado “não era”: o passado se manifesta no presente, vale-se de coisas e fatos do presente para anunciar-se, para dizer que foi e não obstante ainda é. O tempo flui de outro modo.

José de Souza Martins

*Uma arqueologia da memória social*, 2011, p.183



**JOSÉ: ESBOÇO DE FIGURA**  
**Entrevista com José de Souza Martins**

***JOSÉ: DRAFTING AN IMAGE***  
***Interview with José de Souza Martins***

---

Antonio Motta

*Universidade Federal de Pernambuco*

O conteúdo deste esboço de figura é o resultado de uma série de conversas separadas no tempo e no espaço, porém animadas por um *leitmotiv* comum: a vida e a obra de José de Souza Martins. A primeira dessas conversas ocorreu por ocasião da 28ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada na PUC/São Paulo, em julho de 2012. Martins havia sido por mim convidado a expor parte de seu acervo fotográfico e depois participar de uma mesa redonda. Naquela ocasião, estabeleceu-se um diálogo bastante intenso sobre sua trajetória intelectual, o que motivou um segundo encontro, desta vez mais formalizado, no final de outubro do mesmo ano, em Águas de Lindóia, durante a 36ª ANPOCS. Marcamos então no Hall do Hotel Monte Real, para uma conversa que se iniciou no começo da tarde e prosseguiu noite adentro. Além de mim, participaram da entrevista a antropóloga Mónica Franch Gutierrez, editora desta revista, e a socióloga Loreley Garcia, então coordenadora do PPGS da UFPB. Havíamos preparado um roteiro, mas acabou sendo posto de lado, tamanha a profusão de assuntos e interesses do entrevistado. Passado um ano praticamente, ao começar o trabalho de edição da entrevista, dei-me conta da total impossibilidade de conservar a lógica inicialmente pensada e, por isso, resolvi transformar o material em esquetes autobiográficos, devidamente autorizados pelo autor. Nosso último encontro, em setembro deste ano, mais uma vez por ocasião da 39ª reunião anual da ANPOCS, serviu para discutirmos a última versão do texto, aqui publicado. Evidentemente, muita coisa ficou de lado, quem sabe para futuros desdobramentos. O conteúdo manteve-se em sua forma coloquial, como convém a uma entrevista ou depoimento. Tomando como licença poética, foi intercalado entre os esquetes autobiográficos textos da autobiografia de Martins, intitulada *Uma Arqueologia da Memória Social. Autobiografia de uma moleque de Fábrica*. É desnecessário lembrar que o autor possui várias entrevistas publicadas e, recentemente, acabou de lançar o livro *A Sociologia como Aventura: Memórias*.



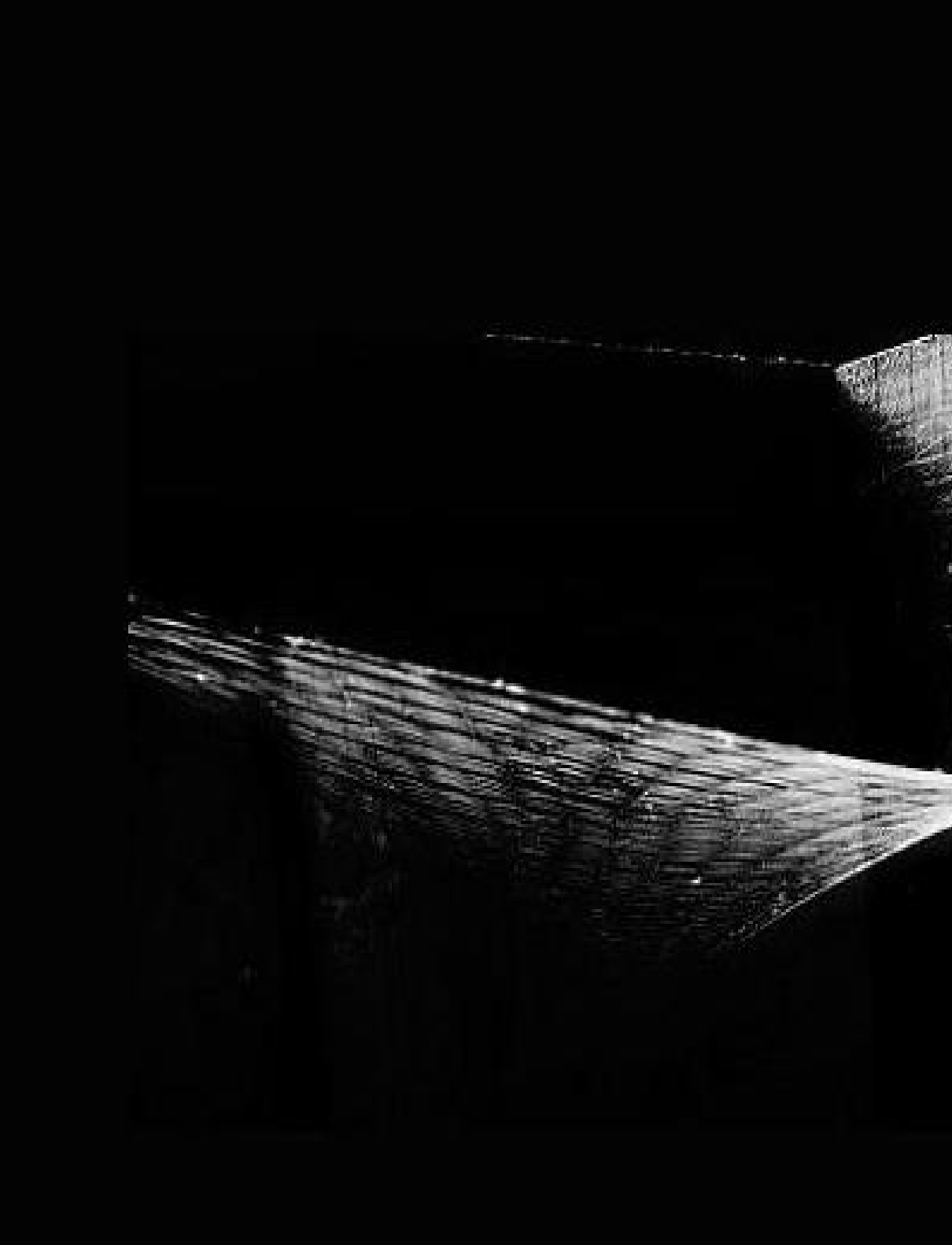


Foto: José de Souza Martins - "A trama" (São Paulo/2009)



## O tempo na roça e o tempo da fábrica

[...] Era uma cachorra muito afetiva, com os seus filhotes. E sempre atendia o chamado para caminhar por ali, quando íamos catar frutas ou simplesmente excursionar pelas proximidades. Latia, corria, voltava-se e enfiava-se no meio de nossas pernas, latia para qualquer barulho no mato, pulava e mordia as moscas que a incomodavam quando tinha bernes. Era uma criança, aquela bela cachorra vermelha, cor de terra, vira-lata, que conversava com os olhos. Cuitelo e Malhado a acompanhavam nessas brincadeiras. Formávamos um bando.

Finalmente, chegou o dia de deixar a roça e voltar para São Caetano depois de dois anos vivendo entre parênteses, praticamente na solidão e no silêncio quebrado apenas pelos pássaros, pelos sons dos muitos insetos, pelos latidos da Lembrança e suas crias, pelo sussurro da brisa de fim de tarde deslizando no meio das árvores e das plantas, abanando folhas e flores. Um espantoso silêncio de voz humana ficaria para trás e para sempre.

Um caminhão foi buscar nossa mudança. Não era muita coisa. Uma cama de casal, duas camas Patente, de solteiro, um guarda roupa, uma cômoda, uma mesa de cozinha, um guarda-comida, duas ou três cadeiras. Eram todos os nossos haveres. Nem fogão tínhamos, pois o velho fogão de lenha que ali havia era do dono da chácara. Papéis, o diploma e os cadernos escolares de meu falecido pai, um dos raros elos materiais com ele, sobretudo porque havia ali sua letra elegante em cadernos de exercício, ficaria para trás para serem queimados por quem viesse a ocupar aquela casa.

Mudança de pobre é assim mesmo. Muita coisa fica para trás, pois o espaço de uma moradia é sempre insuficiente. Caminhão carregado, subimos para a carroceria, aboletados de qualquer jeito no meio da tralha. Dos três cachorros, só Cuitelo foi embarcado. O caminhão desceu lentamente a estrada estreita e sem vizinhos e subiu o morro fronteiro em direção à estrada de rodagem, um quilômetro adiante. Lembrança nos seguia, desconfiada.

Quando o caminhão entrou na estrada e ganhou velocidade ela se

*deu conta de que iria ser abandonada com o outro filho, o Malhado. Disparou atrás, não do lado, como fazem os cachorros que aciuam as carroças, caminhões, automóveis. Corria atrás, em desespero, os olhos grandes e brilhantes arregalados, tentando alcançar o caminhão. Foi ficando para trás e se dissolveu na poeira de sua própria cor numa curva da estrada. Lembro ainda daqueles olhos, daquele adeus, de ter chorado por dentro e pedido a Deus que cuidasse dela e do Malhado. Ela era esperta, gostava de crianças, ali naquela vizinhança muito espalhada, de gente simples e boa, acabaria encontrando alguém que cuidasse dela e dele. Nunca mais nos veríamos (Martins, 2011, p. 192-193).*

\*\*\*

Depois da roça, a fábrica foi o meu primeiro contato com o mundo e com as questões sociais. Comecei a trabalhar muito cedo, aos 11 anos de idade. Trabalho infantil, clandestino, após ter concluído o curso primário, no povoado de Guaianases.

No final de 1949, minha família abandonou a roça e se mudou para um subúrbio operário. Ali, fui trabalhar numa pequena fábrica de fundo de quintal, que pertencia a um nosso vizinho, operário qualificado de uma grande fábrica. O trabalho era extenuante, seis dias por semana, e o salário muito pequeno, muito aquém do salário mínimo de menor de idade, que era a metade do salário mínimo de adulto. Dinheiro que era entregue a minha mãe, para auxílio nas despesas domésticas.

Já adolescente, em 1953, consegui emprego numa grande indústria, a Cerâmica São Caetano, com carteira assinada. Servia café, lavava xícaras, limpava o escritório dos engenheiros, entregava papeis nas diferentes seções, levava recados, limpava chapéus... A fábrica pagava meu curso secundário noturno e alguém de lá verificava meu rendimento escolar. Foi o que me permitiu estudar. Era uma época de reestruturação produtiva. A empresa, em expansão e modernização tecnológica, estava interessada na qualificação de técnicos de nível médio, que nos novos equipamentos substituíssem os mestres sem escolaridade, um deles analfabeto, mas de grande perícia. Muitos operários eram trabalhadores analfabetos, como meu padrasto, operário na mesma fábrica, vindo da roça.

Em casa nunca deixei de ler, mesmo que os livros fossem escassos. Foi na época da fábrica que começou a despertar meu interesse pela história. Trabalhava durante o dia e estudava à noite. Lia muito, devorava livros. Eu não sei explicar exatamente o porquê, mas foi por essa época que me interessei pela história local. De núcleo colonial agrícola a subúrbio industrial, em menos de um século, essa história parecia mutilada e desconexa. Os jornais publicavam matérias especiais em números comemorativos do aniversário do lugar. Pouca coisa com base em pesquisa de documentação. Comecei a ler os jornais antigos e a ler a literatura especializada, na Biblioteca Municipal de São Paulo, e a fazer pesquisa no Arquivo do Estado.

Aos sábados, depois de sair da fábrica, ao meio dia, ia para a Biblioteca Municipal e lá ficava até às 10h da noite. Foi também o tempo em que comecei a descobrir os museus e outras instituições de cultura. Acabei pedindo autorização na fábrica para faltar um sábado por mês para fazer pesquisa no Arquivo do Estado. Com isso, podia ir para lá logo de manhã. Era lá que estava toda a documentação histórica de São Paulo. Nos sábados, ali se reuniam historiadores, como Antônio Paulino de Almeida, Américo Mendes, Nello Garcia Migliorini. Estranharam o interesse de um moleque de quinze anos pela leitura direta de documentos históricos. Acolheram-me e me incentivaram a continuar pesquisando.

Ao terminar o curso secundário ingressei no normal, o curso de formação de professores primários. Finalmente, tomei coragem para deixar a fábrica. Comuniquei à empresa que estava me demitindo e dei o aviso prévio de trinta dias que a lei determinava. Fiz vestibular e entrei no curso de formação de professores primários do Instituto de Educação, em Santo André. Quando entrei na escola normal pública, que tinha duração de três anos, já havia escrito o livro sobre a história local, publicado pela prefeitura de São Caetano e pelo Rotary Club, em 1957. Chama-se *São Caetano do Sul em Quatro Séculos de História*. Eu tinha dezesseis anos quando o escrevi. Já não era uma simples narrativa escolar. No curso normal, quando comecei a ter aulas com dona Margarida Amyr Silva, professora de história formada pela Universidade de São Paulo, compreendi que meu interesse pela história ia além da sucessão cronológica de fatos. A História era um processo, um encadeamento de conexões de sentido entre fatos,

ações. Ela pouco escrevia na lousa, fazia conferências eruditas, com interpretações sociológicas nas quais, muito frequentemente, nós, os alunos, nos reconhecíamos. E foi assim que comecei a entender que a história local, que havia escrito aos dezesseis anos, continha uma trama de significados.

Foi penosa a decisão de deixar a fábrica. Minha família não conseguia imaginar que um filho de trabalhadores escapasse do que considerava o mundo seguro do trabalho. Quando anunciei a minha mãe que havia saído da fábrica para fazer o curso normal e ser professor primário na roça, o desapontamento dela foi tanto que providenciou os papéis para que eu me aposentasse como inválido. Ao menos teria a segurança da aposentadoria. Uma lesão no tórax, adquirida na pequena fábrica de fundo de quintal onde primeiro trabalhara, era o pretexto que poderia convencer os médicos do Iapi a me aposentarem precocemente. Minha mãe não tinha nenhuma escolaridade e trabalho, na cultura popular do subúrbio operário, para ela, era trabalho produtivo e emprego seguro, com carteira assinada. Ela valorizava o “doutor”, mas “doutor” empregado, não o destinado ao emprego incerto.

Claro que minha opção tinha raízes no tempo em que morara na roça e frequentara uma escola que era praticamente rural, em Guaianases. Eu tinha em mente o mundo rural de meus avós, tios e primos. Entre Socorro e Bragança Paulista há um lugar que se chama Pinhalzinho, onde ficava o sítio dos meus avós, no bairro do Arriá. Era um bairro caipira muito antigo. Ali meus avós estabeleceram muitas relações de compadrio. Minha avó ainda estava viva, embora velhinha. Eu pensara em lecionar numa escola rural por lá, perto da família.

Ao ser aprovado no exame vestibular para o curso normal, que faria no Instituto de Educação “Dr. Américo Brasiliense”, em Santo André, tive que me demitir da fábrica. Não havia como conciliar os horários. Período difícil, com aulas pela manhã e eventuais trabalhos à tarde e à noite para sobreviver. Por outro lado, comecei a ter contato com um mundo completamente novo, com aulas de Sociologia e de História, e também leituras variadas. Lembro até hoje do livro de Ralph Linton, *O homem*, no segundo ano do curso. Mas, aos poucos, e por isso mesmo, o sonho de ser professor primário na roça foi sendo vencido pelo sonho de ser professor de Sociologia em alguma escola normal do

interior.

Só mais tarde, quando iniciei o curso de Ciências Sociais na USP, percebi que o tempo da fábrica fora o da minha primeira lição de Sociologia.



Detalhe

Foto: José de Souza Martins







Foto: José de Souza Martins - "Aula de Rua" (Paranapiacaba/2000)



Foto: José de Souza Martins  
Escadarias da USP na Rua  
Maria Antonia (2003).

## Nos tempos da Maria Antonia

*[...] Minha decisão de sair do labirinto do sistema fabril e da condição operária fora interpretada por minha mãe como incapacidade para o trabalho verdadeiro, que para ela era o trabalho da fábrica, era ter um emprego firme e seguro. A dificuldade para arrumar um emprego compatível com horário da escola diurna, parece ter pesado muito para que ela tomasse essa decisão em meu nome. Ao optar pelo trabalho intelectual eu me tornara um inválido.*

*A sociologia está cheia de textos e estudos sobre a ascensão social, sobre a gloriosa trajetória de camponeses, em boa parte imaginária, que se tornam operários e filhos de operários que se tornaram doutores. Nunca vi, porém, nenhuma referência às dores, rupturas dilacerantes de vínculos com pessoas próximas e amadas, próprios de uma travessia que é de fato penosa, sofrida e amarga, demarcada por julgamentos depreciativos e interpretações degradantes como essa. A ascensão social é uma busca difusa em meio aos tormentos das separações e distanciamentos, o alto preço que se paga por mudar, até involuntariamente, de posição social. Um processo permeado por medos altruístas dos próximos e invejas egoístas dos distantes (Martins, 2011, p. 431).*

\*\*\*

A consciência do estranhamento cultural é um fator decisivo para o sociólogo, tanto na pesquisa quanto na explicação sociológica. E isto fez parte do meu processo intelectual, inicialmente de uma maneira quase imperceptível, pois vinha de uma família “liminar”, de origem rural que migrou para a cidade, tornando-se operária. De repente, eu me vi dentro da Universidade.

Foi em 1961 que prestei vestibular para o curso de Ciências Sociais, na antiga Faculdade de Filosofia, na Rua Maria Antonia. Nessa época, ainda morava na casa de minha mãe, em São Caetano, e a escolha pelo curso noturno, na Universidade, me permitia trabalhar durante o dia, porque era ainda arrimo de família.

Não nutria expectativa de que entraria no curso. Foi praticamente às vésperas do último dia da matrícula que fiquei sabendo que havia passado no vestibular: não em primeiro lugar, mas também não foi em último.

O primeiro professor a entrar na sala de aula foi Fernando Henrique Cardoso, responsável pela Introdução à Sociologia e primeiro assistente de Florestan Fernandes, na nomenclatura funcional e oficial da época. Vários dos meus colegas pensavam que o curso seria sobre marxismo, mas ele logo frustrou as expectativas com uma densa conferência inaugural sobre a sociologia de Parsons. Marx chegaria ao fim desse curso de primeiro ano, com a leitura e análise da primeira parte da *Ideologia Alemã*, sem dúvida o texto mais apropriado para fazer a ponte com as outras sociologias. Era a linha relativista e sociológica de Florestan Fernandes, a da sociologia do conhecimento ou sociologia da sociologia. Instigante e desafiador, pois nos “vacinava” contra a ideologização do conhecimento e propunha a sociologia, de fato, como ciência.

Nos *Fundamentos Empíricos da Explicação Sociológica*, Florestan já havia estabelecido de modo pioneiro e pessoal as singularidades dos três ramos da Sociologia e indicado não só as limitações de cada qual como os nexos possíveis entre eles. Depois, eu mesmo seria apresentado sistematicamente ao método de Marx, em outros cursos ministrados por Fernando Henrique Cardoso, Octavio Ianni, Fernando Novaes e Marialice Mencarini Foracchi. Todos eles haviam participado do seminário de fim de semana, organizado por José Arthur Gianotti, do Curso de Filosofia, sobre *O Capital*, com a participação de outros professores: Maria Sylvia de Carvalho Franco, Ruth Cardoso, Roberto Schwartz, Paulo Singer, que ainda não era docente na USP. Mas, de qualquer modo, Marx nunca foi uma referência absoluta do curso, um curso sempre aberto à diversidade teórica da Sociologia, que se enriquecia com as novas tendências interpretativas decorrentes da releitura ou da leitura crítica dos três pilares do pensamento sociológico. É sempre bom não esquecer que Karl Mannheim era, para todos, um autor referencial e sua sociologia do conhecimento iluminava o caminho do pensamento crítico.

Octavio Ianni era o responsável pela disciplina de Métodos e Técnicas



de Pesquisa e foi quem nos introduziu aos modelos interpretativos e explicativos de Durkheim, Weber e Marx. Já Marialice Mencarini Foracchi e Maria Sylvia de Carvalho Franco se ocupavam de seminários teóricos, com ênfase na interpretação de alguns clássicos da Sociologia.

Ruy Coelho era antropólogo e ministrava a disciplina Teoria da Organização Social. Era o catedrático da Cadeira de Sociologia II, tendo substituído Fernando de Azevedo, em 1963. Ruy era muito sensível à Escola Francesa de Sociologia, especialmente Durkheim e Mauss, embora tivesse feito seu doutorado em Antropologia nos Estados Unidos. Tinha também muito interesse no estruturalismo francês de Lévi-Strauss. Ruy Coelho possuía enorme cultura e erudição. Recordo que, em muitas de suas aulas, Marcel Proust tornava-se um dos pretextos para que pudesse discorrer sobre assuntos de interesse sociológico e de outras áreas do conhecimento humano. A literatura era uma de suas paixões e, como verdadeiro cosmopolita, era ela muitas vezes a referência de concreção, em suas aulas muito abstratas.

Florestan, com mestrado e doutorado em Antropologia, ocupava a Cátedra de Sociologia I, de que fora titular Roger Bastide antes que retornasse à França. A orientação de Florestan estava voltada para a implantação de uma sociologia científica, enraizada, instrumento de autoconsciência científica da sociedade brasileira, no que, de certo modo, continuava Bastide.

A despeito das óbvias diferenças de orientação teórica entre Sociologia e Antropologia, a sociologia da USP tinha forte influência da antropologia. O que se explica, no meu modo de ver, pelo fato de que era e é o Brasil uma sociedade singular que não se explica simplesmente pela cópia de orientações teóricas cujas referências são as sociedades metropolitanas e modernas. A sociologia de Bastide e de Florestan está referida à nossa “originalidade” social, à nossa diferença, o que pede um diálogo criativo da sociologia com a antropologia.

Na antropologia, tínhamos seminários com Gioconda Mussolini, que fora aluna de Lévi-Strauss. Com Ruth Cardoso e Eunice Durhan, nos familiarizamos com as monografias de caso de grandes antropólogos.

Egon Schaden, catedrático de antropologia, ministrava uma disciplina de etnologia indígena.

Do mesmo modo que me ocorreu com a antropologia, nutri um interesse particular pela obra sociológica de Antônio Candido. Ele não estava mais na sociologia quando cheguei ao curso de Ciências Sociais, na rua Maria Antonia. Já havia se transferido para Letras, como professor de Teoria Literária. Embora não tendo sido seu aluno, Antonio Candido exerceu uma enorme influência sobre mim. Penso que fui uma das primeiras pessoas dessa minha geração a ler *Os Parceiros do Rio Bonito*, que saiu em 1964. Ouvíamos sempre falar do Antônio Candido, as ideias dele povoavam nossas conversas e nossa imaginação no saguão da Maria Antonia. Líamos seus textos no Suplemento Literário do *Estadão*, acompanhávamos suas discussões no campo da Sociologia da Literatura e, certamente, havia a marca dele em seus ex-alunos: em Fernando Henrique, Ianni, Maria Sylvia, Marialice. Embora tenha preferido dedicar-se ao ensino no campo da Teoria Literária, Antonio Candido nunca deixou de ser sociólogo, com outro tipo de olhar e sensibilidade. Nunca deixou de ser a grande referência indireta de toda uma geração de estudantes de Ciências Sociais na Faculdade de Filosofia. A maestria com que ele escreve e a maneira simples e profunda de dizer as coisas me tocam muito. E isso não é difícil de perceber: Marialice escrevia lindamente; Maria Sylvia também tem preocupação estética, seu texto é elegante. Já Ianni se esmerava em atender à forma, às vezes exagerando no estilo, rebuscando. Aliás, Ianni era grande leitor de literatura e apreciador de cinema. Fernando Henrique, de narrativa mais formal, deriva para a escrita elegante quando cabe. E assim poderia citar outros inúmeros exemplos do legado de Antonio Candido.

Nesse aspecto, não se pode esquecer Bastide. Afinal, ele era sociólogo e antropólogo, um homem que se preocupava com a literatura, se preocupava com o imaginário. Há uma dimensão bonita na sociologia que ele nos ensinou, porque é uma sociologia que dialoga com a antropologia. É sempre bom levar em conta que o fundador da Cadeira de Sociologia I na USP foi Lévi-Strauss: um antropólogo. Então havia esse cuidado entre nós, esse zelo com a dimensão antropológica na pesquisa sociológica, o que se pode encontrar com propriedade em Gilberto Freyre.

O contato com as leituras sociológicas e antropológicas tornaram-se para mim algo fascinante. Finalmente, podia perceber que no mundo e nas suas relações sociais havia alguma coisa latente, e que tudo fazia sentido: nós não éramos simples rebotalhos da história; vivíamos num mundo onde tudo tinha explicação. Penso nos simples, na minha gente, nos que me ensinaram o que é a vida e o mundo. Penso em Adolfo Coelho, linguista e antropólogo português do século XIX e início do século XX, para quem o fato de uma pessoa ser analfabeta não quer dizer que seja ignorante, inculta.

No meu caso em particular – alguém que veio da roça e trabalhou em fábrica –, a necessidade de compreender e explicar a realidade passou a ser premente. Na roça, era o mundo tradicional em plena transformação com a chegada da tecnologia e do grande capital. Na fábrica, eram as inovações tecnológicas que interferiam na organização e percepção das relações de trabalho, muitas vezes interpretadas pelos operários como obra sobrenatural, do demônio, como mostrei em *A Aparição do Demônio na Fábrica*. Em minha *Autobiografia de um Moleque de Fábrica*, na cabeça dos operários a falta de benzimento da nova fábrica (como pude constatar na Cerâmica São Caetano), antes do início de suas atividades, deixava uma porta para a entrada do mal. Assim, estabelecia-se um conflito de saberes, o embate entre a ciência e o senso comum, entre a ciência e a credence, pois aos operários faltavam-lhes explicações racionais para as aparentes anomalias do processo de trabalho. Sobrava-lhes, no entanto, o saber antigo das coisas ocultas e invisíveis, dos mistérios que mediatizam a relação do homem com a natureza, o que escapa do rigor e da precisão da razão. Roger Bastide aceitou vir para o Brasil como professor de sociologia da USP justamente para aprofundar seus conhecimentos sobre esse mundo residual e fundante.

Ao tratar desse tema, o do processo de trabalho e do mistério do processo invisível de valorização do capital, Marx negligenciou o fato de que o operário não era apenas o ser humano do processo produtivo no interior de uma fábrica. Não era apenas a vítima impotente da alienação do trabalho. Fora da fábrica e do contexto de trabalho, os operários de diferentes setores de uma mesma fábrica trocavam informações entre si, pegavam o mesmo trem ou ônibus para casa, partilhavam um mesmo cotidiano, muitas vezes em conversas de



---

botequim. Ali, fora da fábrica, a inteireza do processo de trabalho se tornava evidente e consciente.

Mais adiante, com minhas leituras de Lefebvre, isso seria ainda mais revelador. Assim, pude perceber a importância da vida cotidiana, de suas relações banais e do repetitivo, onde muitas vezes os processos sociais deixavam-se ocultar. Daí a necessidade da pesquisa de campo. Alguém que se torna um sociólogo de gabinete acaba dialogando consigo mesmo, o que empobrece o conhecimento sociológico. No trabalho de campo, não se pode fazer perguntas teóricas para as pessoas numa linguagem hermética. O pesquisador atua como tradutor e intérprete da realidade, através do que lhe revela o conhecimento do homem comum, justamente aquele que a sociologia supõe desconhecer sua realidade.



Foto: José de Souza Martins - "Suas Excelências". Detalhe.  
(Câmara dos Deputados-BSB/2012)



Foto: José de Souza Martins - "Suas Excelências". Detalhe.  
(Câmara dos Deputados-BSB/2012)

## O tempo com Florestan

*[...] Anos mais tarde, já aluno na Universidade e mais ainda quando professor, sem grande surpresa, descobri as enormes diferenças de sociabilidade, de cooperação e de conflito que há entre a fábrica e a universidade. Apesar de setores alienados da cultura acadêmica insistirem em copiar a fábrica e embaralhar esses âmbitos cada vez mais díspares que são o do fazer e do pensar profissionalmente, o de produzir coisas e o de produzir conhecimento, o de meramente reproduzir e o de inovadoramente criar. Os acadêmicos, e os estudantes em particular, não raro confundem a funcionalidade da divisão social do trabalho com as contradições da divisão da sociedade em classe. A fábrica é um corpo coletivo porque assim é, cada vez mais, o processo de trabalho. Não há na fábrica lugar para êxitos pessoais, voluntarismos e vaidades individualistas, o que na universidade é comum não só entre professores, mas também entre alunos. Nem para competição: o trabalho de um operário é complementar do de outro operário. Além do que, um operário não manda nem quer mandar no outro. É o processo coletivo de trabalho que manda em todos. Um operário com mentalidade acadêmica arruinaria, na fábrica, o processo de trabalho.*

*Na universidade, o coletivo só se impõe como coação de quem tem poder, ou presume tê-lo, de quem manipula, como resultado da política de lealdades interesseiras, completa caricatura do propriamente político e do que é próprio da produção do conhecimento. Na universidade, o coletivo é um recurso da direita para impor dominação e, não raro, para cercar os que, por seu trabalho, representam uma ameaça ao mando sem legitimidade. O coletivo é aí amplamente postigo e se põe muito além das formas de cooperação que podem e devem existir no trabalho intelectual, específicas, aliás, de cada campo do conhecimento (Martins, 2011, p. 389).*

\*\*\*

Naquela época, a biblioteca das Ciências Sociais, no prédio da Rua Maria Antonia, reduzia-se a poucas estantes de livros antigos e insuficientes, distribuídas no corredor das salas dos professores. Boa parte dos indicados nos cursos, tínhamos que comprar, e eram

livros importados, caros. Lembro-me que passei meses pagando as prestações de *O Capital*, de Marx, da edição do Fondo de Cultura Económica, e da edição francesa de *De la Division du Travail Social*, de Durkheim. Havia também uma espécie de cooperativa de leitura entre colegas de turma e de turno da noite, por meio da qual trocávamos informações sobre o conteúdo dos livros que não podíamos comprar para, ao menos, termos algum acesso a eles, ainda que precário. Só quando tive meios pude, finalmente, adquirir os livros e lê-los com cuidado, fazendo anotações e releituras. Talvez por isso meus livros estejam completamente marcados com lápis de cor vermelha, roxa e verde, da cor quente para a cor fria, para neles destacar hierarquicamente os argumentos. Para mim, o livro é uma ferramenta de trabalho, como eram os instrumentos com os quais lidava na primeira fábrica onde trabalhei quando menino. Não tenho livros para colecioná-los e sim para lê-los, estudá-los. Nem obras raras escapam desse meu modo de lidar com eles. Certa vez, ainda estudante, achei, num famoso sebo da Rua de São José, no Rio de Janeiro, um exemplar “ainda virgem” da edição original, de 1897, de *Le Suicide*, de Émile Durkheim. Era o livro que podia comprar, muito mais barato que uma edição mais recente. É ele para mim ferramenta como os demais livros que possuo. Não posso me dar ao luxo de ter livro para contemplar. É claro que trato com o maior respeito os livros das bibliotecas que frequento, tomando extensas notas em cadernos a isso destinados. Não me sinto no direito de fazer marcas em livros que não são meus.

Já estudando no curso noturno de Ciências Sociais, através de uma colega consegui um emprego na Nestlé, que ficava no centro de São Paulo. Era um trabalho mais próximo das atividades acadêmicas, pois deveria atuar no departamento de pesquisa de mercado e, com isso, mais próximo da pesquisa empírica quantitativa.

Naquela altura, Fernando Henrique Cardoso e Luiz Pereira estavam formando um grupo de três auxiliares de pesquisa, recrutados entre estudantes, para uma pesquisa do Centro de Sociologia Industrial e do Trabalho (Cesit) que Fernando Henrique havia criado na cadeira de Florestan. Luiz havia preparado um projeto de pesquisa sobre a qualificação do operário na empresa industrial, uma variante criativa na sociologia da educação. Sabendo que eu tinha trabalhado em fábrica, Fernando Henrique me perguntou se não gostaria de trabalhar

naquela pesquisa. Para cada auxiliar de pesquisa seria concedida uma bolsa de estudos, embora modesta. Eu era aluno do curso noturno. Levei apenas alguns minutos para decidir, abrindo mão do emprego na Nestlé, que me dava condições de comer bem e de vestir-me decentemente. Intuí que ali se abria uma porta para minha vocação de pesquisador. Finalmente, eu ia fazer o que gostava e já provaria nos tempos de fábrica quando da pesquisa sobre a história local de minha cidade.

Pouco depois, sabendo que eu morava no subúrbio, Fernando Henrique Cardoso, que, como disse, era meu professor de sociologia, perguntou-me se não gostaria de morar perto da escola, para que pudesse ter mais tempo para os estudos. Tratava-se de um quatinho em casa alugada pela Faculdade de Filosofia da USP para abrigar um centro de pesquisa, na Rua Piauí. Levou-me em seu carro, um fusca azul se não me engano, para me mostrar o lugar. Era num pequeno sobrado, daqueles antigos, mas já todo mobiliado. Na cozinha, havia uma despensa, de tamanho suficiente para que eu me alojasse nela. Prontamente aceitei a oferta. Ele me deu a chave e no domingo seguinte providenciei a mudança, que não era muita coisa: um pequeno sofá, o guarda-roupa e alguns livros. Eram todos os meus pertences. Lá fui morar como caseiro, próximo da escola e das bibliotecas.

A relação com minha família estava difícil. Como descrevo em *Uma Arqueologia da Memória Social – Autobiografia de um Moleque de Fábrica*, havia tomado consciência de que já não falávamos a mesma língua, não pensávamos do mesmo modo, não queríamos as mesmas coisas. Um grave conflito de meu padrasto com a família facilitara minha decisão.

Pude, então, fazer o curso de Ciências Sociais em condições vantajosas, tendo contato cotidiano com Luiz Pereira e, com ele, aprendendo muito mais do que aprenderia na relação convencional entre aluno e professor na sala de aula. Na verdade, nem aluno dele fui, pois ele substituíra agora Fernando Henrique Cardoso na disciplina de Introdução à Sociologia, que eu já havia feito.

O término da bolsa coincidiu com o término do curso. Isso indicava

que, logo que obtivesse o diploma, deveria procurar emprego. Chegava a hora de tentar um lugar de professor de sociologia em escola normal, talvez no interior. Mas, Florestan Fernandes havia conseguido três vagas de auxiliar de ensino para sua Cadeira de Sociologia I e, de comum acordo com seus assistentes, decidiu escolher os três docentes no grupo dos auxiliares de pesquisa dos vários projetos em andamento em sua cátedra, que terminavam naquele fim de 1964. Fui um dos escolhidos e, em abril de 1965, saiu meu contrato de auxiliar de ensino do Cesit, um anexo da Cadeira, cujos pesquisadores se dedicavam também ao ensino. Mais tarde, poucos dias antes da aposentadoria compulsória de Florestan, Fernando Henrique e Octávio Ianni, e de outros professores, pela ditadura, com base no Ato Institucional nº 5, Florestan transferiu-me para sua Cadeira, como seu assistente, em vista de um relacionamento difícil com Luiz Pereira. Aliás, já antes ele me convocara para ser seu assistente no curso de graduação na disciplina sobre Formação e Desenvolvimento da Sociedade Brasileira. Presenciei e acompanhei, ao vivo, o nascimento de *A Revolução Burguesa no Brasil*, um livro referencial de sua obra e que se tornaria um clássico da literatura sociológica brasileira.

Já no último ano da graduação, preparei um projeto de pesquisa para uma pós-graduação orientada por Octávio Ianni. Na época, aceitei o projeto o candidato já estava na pós-graduação, que não dependia de matrícula nem de disciplinas. A pós se confirmava na apresentação da tese. Só aí a instituição reconhecia, retrospectivamente, que o aluno era aluno. Tratava-se de uma relação de orientação baseada na palavra e no trato. O segredo era a qualidade do projeto, e caberia ao orientador escolhido aceitar ou não. Só voltávamos a conversar com ele quando tivéssemos cumprido a tarefa, quer dizer, quando o trabalho já estivesse pronto. Aí o orientador tecia as considerações que achasse necessárias e dava o aval para a defesa.

Foi assim que se passou comigo no mestrado. Depois que Florestan, meu orientador formal no projeto substitutivo do projeto original apresentado a Ianni, aprovou o texto, em 1966, fiz a datilografia definitiva com cópias a carbono em papel de seda, que era o recurso de então. Depositei na secretaria os exemplares da dissertação, e aguardei que ele compusesse a banca e marcasse o dia da defesa. Um dia, estava dando uma prova para os alunos de graduação quando



Leôncio Martins Rodrigues entrou na sala e disse-me que Florestan estava me chamando em sua sala. Disse que ficaria com os alunos até eu retornar. Para minha surpresa, a banca já estava ali reunida: Florestan Fernandes, Octavio Ianni e Marialice Mencarini Foracchi. A arguição e as respostas duraram as três horas de praxe. Depois do que, retornei à sala de aula para liberar o Leôncio. Quando os alunos terminaram a prova, fui à sala de Florestan para saber o resultado e ele, então, me disse que eu fora aprovado. Tudo muito diferente da relativa solenidade que há nas defesas de mestrado de hoje e até mesmo da festa justa e necessária com que alunos, parentes e amigos celebram esse acontecimento decisivo na vida de um professor universitário.

Florestan tinha pressa. Com o golpe militar, sua prisão, o exílio de Fernando Henrique e minha própria prisão em 1966, ele antevia o risco do desmantelamento do grupo de docentes e pesquisadores que ao seu redor se congregavam na Cadeira de Sociologia I. Tive que mudar o tema da pesquisa de mestrado e definir novo projeto para abreviar a conclusão do trabalho e obter o mestrado. Para ele, na hipótese de que fosse demitido ou cassado, deixaria assegurada a permanência do maior número possível de seus assistentes. Se a ditadura quisesse acabar com a sociologia da USP, teria que demitir todos os professores, um por um, e isso teria repercussão ampla e demorada. O preço seria alto, do que houvera indício com a repercussão da prisão de Florestan pelo Exército, em 1965. Como disse ele ao oficial que o prendeu, aliás, ex-aluno de arquitetura da USP, que lhe perguntou se estava ciente do risco que corria. Estava sendo preso por ter-lhe entregue uma carta em que protestava contra a presença militar na Faculdade de Filosofia e o inquérito policial-militar a que estavam sendo submetidos vários professores, sendo ele um deles: “Estou correndo um risco calculado. E o senhor?” O tenente-coronel ficou branco. O oficial acabaria sendo censurado pela Casa-Civil da Presidência da República, do marechal Castelo Branco, por ter exposto o regime à crítica internacional.

Florestan esteve todo o tempo sob ameaça. Foi o primeiro a ser preso em 1964, no recinto da Faculdade, e Fernando Henrique o primeiro a ser procurado por investigadores do Departamento de Ordem Política e Social (Dops), o que o obrigou a sair do Brasil para o exílio no Chile. Quando Fernando Henrique retornou ao país foi aposentado compulsoriamente, em 1969, e também Florestan, Octavio Ianni e



outros. Daí em diante a tensão aumentou ainda mais, porque ficamos sem o apoio da referência cotidiana que eles eram. Luiz Pereira e Marialice Mencarini Foracchi assumiram as pesadas responsabilidades de continuar o projeto da Cadeira de Sociologia I, as orientações de teses e as aulas, os cursos de pós-graduação, já agora formalizados, e os de graduação.

Com a cassação desses e outros professores, o projeto intelectual da Faculdade ficou comprometido, em particular o projeto do grupo de Florestan Fernandes. Pelo menos, até meados da década de 1950, a principal preocupação empírica e teórica dos sociólogos e antropólogos do curso de Ciências Sociais da Faculdade, na rua Maria Antonia, era com a chamada resistência social à mudança. Tema, aliás, dos sociólogos que se congregavam na Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS), que ganhou uma orientação singular e densa no projeto de estudo *Economia e Sociedade no Brasil*, de Florestan Fernandes. Seus pesquisadores queriam conhecer o real impacto da escravidão na sociedade brasileira, seu legado, os bloqueios que representava ao nosso desenvolvimento econômico e social, o que era enfim o capitalismo que aqui se desenvolvia, quais suas contradições e limites. Era um projeto rico e ambicioso, que se desdobrava nos projetos de pesquisa de cada um dos docentes. Meu próprio projeto de mestrado, tanto o original quanto o substitutivo, tinha como referência aquele projeto de estudo.

A questão do método ocupou um lugar central no grupo de Florestan. Em parte, tinha a ver com a proposta de uma sociologia enraizada nas singularidades da sociedade brasileira, comprometida com inquietações profundas de sua história. Por isso, Florestan era particularmente adepto da ideia de Hans Freyer, para quem a sociologia é a autoconsciência científica da sociedade e a recíproca influência entre sociologia e a sociedade que esta pretende explicar, ou seja, “só vê algo sociologicamente quem quer algo socialmente”.

O legado intelectual de Florestan é imenso. Sua contribuição teórica é complexa, suas problematizações abertas, propositalmente inacabadas porque descerradas sobre o futuro. Desenvolvidas em sala de aula, ofereciam pistas de continuidade de uma reflexão interpretativa da sociedade brasileira, de uma sociologia do diálogo com grandes

---

autores internacionais, mas sempre ciosa das possibilidades de inovação teórica oferecidas por uma sociedade singular como a nossa.

Neste sentido, podemos dizer que fomos uma geração órfã, privados da presença e orientação daquela geração à qual pertencia Florestan e que fizera a ponte entre nós e o legado da Missão Francesa. Essa segunda geração conseguiu superar os obstáculos e, sobretudo, superar-se, no sentido de que não repetiram as teorias de seus mestres que vieram fundar a USP, mas conseguiram criar interpretativamente um diálogo frutífero com a realidade local e as teorias sociológicas, alçando a produção intelectual a um patamar original.

Meu interesse pela cultura popular é resultado disso. É o resultado da herança do diálogo com o europeísmo teórico e erudito da Missão Francesa e as tradições populares locais, sobretudo representadas pela obra de Mário de Andrade. Devemos isso a Roger Bastide por seu lúcido e criativo interesse pelas tradições do povo e que soube transmitir essa herança a Antonio Candido, Florestan Fernandes, Maria Isaura Pereira de Queiroz e outros professores da Faculdade de minha época, inclusive Octavio Ianni, que fez um estudo sobre o samba de terreiro em Itú. Sou de uma geração que ainda se beneficiou dessa herança, que está materializada em meus estudos sobre a música caipira, sobre o sonho e sobre a morte.

Por certo sempre estive muito próximo da sociologia de Florestan e de Roger Bastide, até porque fazia pesquisa sobre o mundo rural, tema muito distante do que os outros faziam, exigindo-me, para isso, uma sociologia bem mais próxima da antropologia. Por essa razão, na disciplina de Introdução à Sociologia eu preferia me distanciar da sociologia de Parsons para me aproximar da sociologia fenomenológica ou da perspectiva dialética sugerida na obra de Henri Lefebvre, isto é, uma sociologia da vida cotidiana, voltada para a vida fragmentária e residual da modernidade. A dialética, na perspectiva metodológica que dela adota Lefebvre, foi fundamental para dar a dimensão de conjunto aos meus livros e artigos, até mesmo os artigos de jornais que publico semanalmente. Basicamente, busco interrogar a história e o possível que se esconde no cotidiano, no prosaico, no repetitivo e nas meras formas da aparência.

Portanto, embora numa perspectiva peculiar, poderia dizer que dou continuidade às preocupações teóricas e empíricas da chamada “escola sociológica de São Paulo”, que teve em Florestan o centro e a referência.

Foto: José de Souza Martins  
"Distração" (Porto/Portugal/2009)



## Tempo para criar

*É uma falsa pressuposição a de que uma biografia é o cumprimento de um destino inexorável, de um desenrolar inevitável. Visto do fim de uma vida, o começo é quase sempre apresentado na falsa perspectiva das certezas que todo fim assegura para o passado. Quando na verdade, o começo e os passos da vida são um conjunto grande de incertezas e acasos no meio de um elenco não menos importante de referências sociais seguras e de propósitos mais ou menos definidos, que podem ou não se realizar (Martins, 2011, p. 450).*

\*\*\*

Depois da ditadura, infelizmente, houve no Departamento de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, e no de Sociologia, que dele se desagregou, uma ruptura radical com o modelo idealizado por Florestan. O que se nota é o abandono da pesquisa empírica enraizada como fundamento da produção do conhecimento sociológico no país. O que tem prevalecido com muita frequência é o interesse dos sociólogos pelos modelos de interpretação simplesmente transplantados, embora tenham como referência sociedades que são concretamente bem diversas da nossa. Não se trata daquilo que Fernando Henrique Cardoso, num artigo escrito quando era professor na Universidade de Cambridge, chamou de “originalidade da cópia”, uma concepção criativa do conhecimento que se materializou na teoria da dependência. Trata-se, isso sim, da supressão da concepção de singularidade social e histórica da sociedade brasileira, e da transposição de sistemas conceituais e interpretativos destituídos de carnadura, reduzidos ao amorfismo de um genérico que explica, mas não desvenda. Uma estrangeirização do pensamento sociológico que faz do Brasil uma sucursal de Paris, de Londres, de Nova Iorque, de Berlim, mas não do Rio de Janeiro, de Salvador, de Belém, de Porto Alegre, de Araraquara, de Monte Santo ou de São Félix do Araguaia. Refinadas análises de um desafinado real. Sempre que me defronto com essas análises fico me perguntando onde nelas se enquadram e o que delas diria Nhô Roque Lameu, personagem de *Os Parceiros do Rio Bonito*, de Antonio Candido, ou Tiago Marques Aipobureu, personagem de Herbert Baldus e de Florestan Fernandes, ou Aparecido Galdino

Jacinto, meu personagem. Ou os trágicos Oréia e Orminda, da paixão shakespeariana no meio do confronto entre colonos de origem europeia e índios Suruí em Rondônia, nos anos 1970, onde estive fazendo pesquisa.

Visualizo tudo isso como uma perda, pois alguns pretendem explicar fenômenos localizados por meio do puro ensaísmo e, muitas vezes, da resenha de trabalhos de autores consagrados, longe de constituir trabalho verdadeiramente teórico, original e criativo. Falta-lhes, portanto, pesquisa de campo, empírica; sem ela não se cria teoria. Nenhum clássico da sociologia criou coisa alguma sem a pesquisa empírica e mesmo o trabalho de campo. Nem mesmo Weber, tomado indevidamente por muitos como modelo de sociólogo que dispensa o trabalho de campo.

O objeto da sociologia e o da antropologia, como também o da ciência política, é objeto cambiante, nunca é o mesmo no momento seguinte da investigação. Do mesmo modo, não é o mesmo em diferentes lugares – distâncias de tempo e de espaço geradas pelo processo social e seu desenvolvimento desigual. Mesmo porque os indivíduos e os grupos sociais mudam até por influência da própria sociologia que os alcança na investigação. Aconteceu com os negros estudados por Roger Bastide e Florestan Fernandes em São Paulo. As indagações que lhes faziam revelava-lhes o que eram e não eram, de modo que no momento seguinte já haviam incorporado como dado de consciência social o que era apenas despertamento provocado pela indagação sociológica.

E aí estou pensando, por exemplo, nos agentes da Pastoral da Terra, nos operários, nos trabalhadores rurais, nos seringueiros e em tantos outros com os quais convivi durante minhas pesquisas. Foi durante o tempo das pesquisas de campo que dei alguns cursos voluntários para trabalhadores. Na maioria das vezes, trabalhadores rurais vitimados pela violência, pela exploração, gente que estava sendo expulsa da terra, e queria saber o que estava acontecendo. Nesses cursos que dei para trabalhadores, fiz descobertas importantes sobre a concepção popular da realidade que, sem dúvida, deram um novo rumo ao meu trabalho.

O que dá unidade a minha obra é a investigação da historicidade nas

diferentes manifestações da vida social, ou seja, a identificação das condições e fatores da mudança social e da transformação social nos diferentes âmbitos da realidade, mesmo que se trate de uma realidade mínima e cotidiana, aparentemente desprovida de historicidade, de tensão e de contradição.



Foto: José de Souza Martins - "Chuva" (2011)



## Outros tempos

*As invisibilidades se anunciavam todo tempo. Não só no fantasma do operário diluído no pó do seu trabalho, ou numa nuvem de pó de carvão, que eu podia perceber todos os dias no meu trabalho. Mas até na minha própria invisibilidade como ator das insignificâncias de uma fábrica, na conversa com pessoas que nem se davam conta de que eu estava ali, de que eu falava e ouvia. E também nos entes descoloridos do mundo invisível e dos poderes do invisível que nos espreitavam e espreitam pelas frestas que há nas muralha de aparências que nos cerca e que foi gerada pela alienação moderna. Eu via. Memória é também, e talvez, sobretudo, a memória do fantástico que encanta e assombra ao mesmo tempo a vida liminar daqueles cuja a fome ainda não foi saciada. Deus e o Diabo pelejando pela alma e pelo corpo de cada um de nós. Eu lembro (Martins, 2011, p.463-464).*

\*\*\*

Mesmo com todas as ressalvas que faço à sociologia de importação, desprovida da mediação crítica de seu enraizamento na sociedade que analisa, e à sua falta de originalidade investigativa, sou cético em relação ao provincianismo, tão nosso, da opção pelo estilo relatorial de uma sociologia descritiva pobre. Se for verdade que a sociologia pós-moderna tende a ser uma sociologia de vocabulário novo para realidades velhas nem por isso a verdadeira teoria sociológica deixa de ter sua importância decisiva no trabalho de campo do estudo e análise das diferentes e singulares sociedades, como a nossa. De certo modo, é no trabalho de campo que o sociólogo reinventa a teoria e faz descobertas teóricas, como ocorreu com Claude Lévi-Strauss no exato momento em que entrevistava um índio no sertão do Mato Grosso. Ali nasceu seu estruturalismo. A observação sociológica teoricamente fundamentada é mais do que verificação empírica; é prontidão para observar e pesquisar com competência o quanto há de fugidio na realidade social. Foi Henri Lefebvre quem descobriu os analisadores-reveladores, os dados puramente empíricos que são em si mesmos metodológicos. Descobri-los depende de formação teórica, embora dependa, também, da não fetichização da teoria.

Alarguei minha formação teórica, autodidaticamente, nas oportunidades que tive de viajar para o exterior e mergulhar nos ricos acervos de bibliotecas como as da Universidade de Cambridge (Inglaterra), da Università degli Studi di Trento (Itália), da Universidade da Flórida (EUA), da Universidade de Sussex (Inglaterra), da Fondazione Internazionale Lelio Basso (Itália), do Institute of Social Studies (Holanda), da Maison des Sciences de l'Homme (Paris, França). E, também, com as facilidades que há hoje para aquisição de livros no exterior e obtenção de informações bibliográficas sobre novas orientações teóricas.

Foi nessas oportunidades que decidi organizar, na Faculdade de Filosofia, uma disciplina de graduação em Sociologia da Vida Cotidiana, pioneira na formulação que teve, especialmente na crise do primado do transformador, seja como mudança, seja como revolução, que dominava e continua dominando entre nós as lições de sociologia. Foi nelas, ainda, que me familiarizei com a Sociologia Visual, seus dilemas teóricos, e o caminho que abri para uma Sociologia do Conhecimento Visual, que é a perspectiva que adoto. Para mim, foi decisivo esse contato também no alargamento das possibilidades teóricas de minha pesquisa sobre linchamentos no Brasil, como violência sacrificial e fundadora e não como mera violação dos direitos humanos, que é como os veem os que seguem uma linha convencional de estudos sobre a violência.

A aposentadoria me trouxe ao tempo da solidão criativa. Liberto da trama de poderes que hoje enreda a universidade em propósitos que tendem a afastá-la da pesquisa inovadora, posso hoje dedicar-me à conclusão de trabalhos iniciados antes da aposentadoria, em vários campos temáticos. E dedicar-me, também, à minha nova sala de aula que é o jornal, onde comento sociologicamente, todas as semanas, dos fatos políticos aos fatos banais da vida cotidiana. A correspondência que recebo dá bem a medida da importância de escapar da sala de aula, ao menos de vez em quando, para o mundo arejado das interrogações de rua.

No dia de minha aposentadoria, depois de 38 anos como docente da Universidade de São Paulo, de 45 anos de contribuição previdenciária e de 53 anos de trabalho, escrevi este pequeno texto que dá sentido às 15 horas de trabalho diário que cumpro ainda hoje:

## Último dia

*Sempre existe um último dia  
na vida da gente.  
Dia de começar  
o que começado não foi.  
Começar pelo avesso,  
não pelo começo,  
do vivido para o sonhado,  
do esquecido para o lembrado.*

*Dia de atar os muitos fios  
que a falta de tempo  
desatados deixou.  
Dia do reencontro  
do eu comigo mesmo.*

*Sempre existe um último dia  
na vida da gente,  
tanta coisa pra trás,  
tanta coisa pra frente.*

## Referência

MARTINS, José de Souza. **Uma Arqueologia da Memória Social**: Autobiografia de um Moleque de Fábrica. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2011.